

informação

em rede

Este boletim é publicação mensal da **Ação Educativa** - Assessoria, Pesquisa e Informação

Valor do FUNDEF fica aquém do esperado

O valor mínimo por aluno fixado pela União para o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) em 2003 não repôs a inflação, frustrando expectativas de educadores e gestores educacionais. O Ministério da Educação reconheceu que os valores fixados – R\$ 446 para as séries iniciais e R\$ 468 para as séries finais – são baixos e não atendem aos requisitos da Lei nº 9424/96, e constituiu um grupo de trabalho para estudar alternativas. O impasse era previsível, já que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) enviada ao Congresso em 2002 pelo governo anterior previra valores até menores que os estabelecidos no Decreto 4580/03. A LDO previa, porém, que a União contribuisse para o FUNDEF em mais de R\$ 657 milhões, suplementando seis estados (AL, BA, CE, MA, PA, PI). Entretanto, como a arrecadação dos estados aumentou acima do previsto, a União complementará o Fundo em apenas três estados (BA, MA, PA), com cerca da metade dos recursos orçados. Em documento encaminhado ao Diretor do Departamento de Acompanhamento do

Fundo, a União dos Dirigentes Municipais de Ensino (UNDIME) expressou descontentamento com a medida, demonstrando que, ano após ano, tem aumentado a diferença entre o valor mínimo legal e os valores fixados pelo Governo Federal. Na avaliação da UNDIME, o arrocho nos valores do FUNDEF compromete as possibilidades de melhoria salarial dos professores e reforça as disparidades regionais. Analisando o Orçamento e as matrículas no ensino fundamental, a UNDIME argumenta que a União teria meios para corrigir o valor mínimo por aluno/ano para

R\$ 522,50. A entidade voltou a defender a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e, enquanto isso não ocorre, propõe diversas medidas, dentre as quais a progressiva inclusão dos alunos dos cursos presenciais de jovens e adultos nos cálculos do FUNDEF.

Assistida pelo Procurador da República João Francisco de Souza, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação exigiu, em audiência no MEC, que a Lei seja cumprida, e obteve da Secretária de Educação Fundamental Maria José Feres um compromisso de apresentação de um cronograma de correção dos valores mínimos do Fundo.

Evolução do Valor Mínimo por Aluno/Ano - 1997/2003

Ano	Valor Legal (a)	Valor Decretado	Diferença (b)	% b/a
1997	R\$ 300,00	R\$ 300,00	-	-
1998	R\$ 399,47	R\$ 315,00	R\$ 84,47	21,15
1999	R\$ 451,81	R\$ 315,00	R\$ 136,81	30,28
2000	R\$ 532,53	R\$ 333,00	R\$ 199,53	37,47
2001	R\$ 613,85	R\$ 363,00	R\$ 250,85	40,87
2002	R\$ 706,35	R\$ 418,00	R\$ 288,35	40,82
2003	R\$ 786,16	R\$ 446,00	R\$ 346,16	44,03

Leia no Encarte

História e cultura Afro-Brasileira na sala de aula

Aprovada recentemente, a Lei nº 10.639/2003 tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira em escolas de ensino fundamental e médio. A Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação está realizando uma consulta para oferecer diretrizes sobre o assunto. A aprovação da lei gerou polêmica nos meios educacionais: enquanto uns festejam o reconhecimento formal da diversidade étnico cultural da sociedade

brasileira como um ganho político e pedagógico, outros consideram a legislação um instrumento inadequado para operar mudanças culturais dessa ordem. Enquanto esse debate se desenrola, até mesmo educadores que já estão convencidos da importância de incorporar a História e Cultura Afro-Brasileira no currículo do ensino básico têm dificuldades de fazê-lo, por falta de formação adequada ou de subsídi-

os para o trabalho pedagógico. Neste encarte, *Informação em Rede* quer colaborar com esses professores, oferecendo uma seleção de livros, filmes, cursos, sites e instituições de referência. Muitas outras obras e fontes poderiam ser indicadas, e é provável que boas fontes de informação tenham sido omitidas, por ser este um subsídio limitado pelo espaço e pelo pouco tempo de preparação. Esperamos que, ainda assim, seja útil aos educadores.

A articulação necessária

Dados do INEP de 2001 demonstram que, apesar de as taxas de escolarização terem melhorado, os índices de reprovação e desercão escolar e a distorção idade/série entre os alunos do ensino básico ainda são muito elevados: 21% das crianças e adolescentes que ingressam na escola sofrem reprovações e 41% abandonam os estudos antes de concluir o ensino fundamental, em que 39% dos estudantes têm idade superior à esperada para a série cursada; 26% dos jovens abandonam a escola antes de concluir o ensino médio, etapa em que mais de 53% dos estudantes estão acima da idade ideal.

Parcela desses jovens que, embora tenham frequentado escolas, foram excluídos do sistema educacional sem concluir estudos ou realizar aprendizagens significativas, busca satisfazer suas necessidades formativas no ensino de jovens e adultos, onde reencontram, sob novas formas, os mesmos obstáculos vividos na infância e adolescência. Além da dificuldade em conciliar trabalho e estudos, enfrentam preconceitos, vagas insuficientes, rigidez na organização escolar, instalações precárias, docentes com preparo inadequado, currículos pouco relevantes, ausência de materiais pedagógicos, sistemas de avaliação excludentes.

No momento em que as autoridades educacionais conferem prioridade à alfabetização, é preciso não esquecer que o desafio de conferir amplitude e qualidade à educação básica de jovens e adultos continua posto e, se ele não for equacionado, as pessoas que porventura venham a alfabetizar-se no programa que se inicia, não lograrão seguir estudos com êxito, consolidando as aprendizagens realizadas. Essa é mais uma razão pela qual se espera articulação entre a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo e a Coordenação de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Ensino Fundamental do Ministério da Educação.

Governo começa a definir políticas de educação de jovens

- **Brasil Alfabetizado** é o nome do programa que o MEC quer lançar em 14 de abril, com a meta de alfabetizar 3 milhões de jovens e adultos em 2003. O Governo Federal atuará em parceria com estados, municípios, organizações sociais e universidades públicas, segmentos que deverão estar representados em uma comissão nacional consultiva do programa. Estudos preliminares da Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo indicam que, em 2003, a contrapartida da União será de R\$ 15 por aluno ao mês, em projetos de alfabetização com até seis meses de duração, recursos estes que deverão ser empregados prioritariamente na remuneração dos alfabetizadores. Dentre os projetos que já estão sendo analisados pelo MEC, os de maior abrangência foram apresentados pelo Serviço Social da Indústria e pelo Movimento de Educação de Base.

- O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais convocou para 7 e 8 de abril o seminário **Avaliar para que?**, em que toda política de avaliação do Governo

Federal estará em discussão, desde o "Provão" do ensino superior até o Sistema de Avaliação do Ensino Básico, passando pelos Exames Nacionais do Ensino Médio (ENEM) e de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA).

- Um seminário de avaliação do **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária** está nos planos da nova Gerente Estratégica do PRONERA, Mônica Molina.

O evento deve acontecer em Brasília de 8 a 10 de abril.

- As novas regras de financiamento do **Programa Recomeço** para 2003 já deveriam ter sido divulgadas, mas o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação está adequando os critérios ao novo Atlas de Desenvolvimento Humano elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento com dados de 2002. Pela sistemática anterior, os estados e municípios que possuíam Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) inferior a 0,5 estavam credenciados para pleitear recursos do Programa. O novo Atlas pode ser consultado no site www.undp.org.br.

Renovada direção do CONSED

○ Secretário da Educação de São Paulo, Gabriel Chalita, foi eleito em 20 de fevereiro Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação. Chalita afirmou que o principal desafio de sua gestão será o fortalecimento do CONSED que deve ter uma participação mais direta na definição das políticas educacionais do país. Foram eleitos Vice Presidentes do Conselho os Secretários Neroaldo Pontes de Azevedo (Paraíba), Eliana Maria França Carneiro (Goiás), Rosane

Marques Crespo Costa (Amazonas) e Jacó Anderle (Santa Catarina). A Reunião do CONSED em Pirenópolis (GO) teve a presença do Ministro da Educação, Cristovam Buarque. O Conselho indicou os secretários do Maranhão, Luiz Fernando Moura e Silva, e da Paraíba, Neroaldo Pontes de Azevedo, para representá-lo em um grupo de trabalho que cobrará do MEC o cumprimento da meta de alfabetizar 20 milhões de jovens e adultos em quatro anos.

Nações Unidas inauguram Década da Alfabetização

Em 13 de fevereiro foi lançada na sede das Nações Unidas, em Nova York, a Década da Alfabetização (2003-2012). Segundo Koïchiro Matsuura, diretor geral da Unesco e coordenador da iniciativa, o objetivo é levar a alfabetização aos 861 milhões de adultos analfabetos e aos 113 milhões de crianças que estão fora da escola no mundo todo. Espera-se que, até 2015, os índices de alfabetização

dos países sofram um incremento de 50%.

O plano de ação da Década elegerá temas prioritários a cada dois anos, como gênero, pobreza, saúde, paz e liberdade. Durante a cerimônia de lançamento, a Secretária Geral da Unesco, Louise Fréchette, enfatizou que a ferramenta mais efetiva para o desenvolvimento é a educação das mulheres e meninas, motivo pelo qual os dois primeiros anos da

Década serão dedicados ao tema da "Alfabetização e Gênero".

A estratégia planejada para atingir os objetivos propostos consiste em promover a cultura da leitura, adotando modalidades formais e informais de educação, e o desenvolvimento de um sistema de monitoramento dos processos de alfabetização. Outra estratégia a ser privilegiada é a construção de parcerias entre governo, sociedade civil, setor privado e comunidades locais.

Teses em Defesa

Educação de Jovens e Adultos no Piauí - 1970/2000 é o título da dissertação de Mestrado defendida por Maria da Glória Carvalho Moura (glorinha.m@bol.com.br) na Universidade Federal do Piauí, sob a orientação de Maria do Amparo Borges Ferro. A análise da história da Educação de Jovens e Adultos naquele Estado reflete desigualdades socioeconômicas e culturais e revela que a modalidade não tem recebido a devida atenção por parte do poder público. A exceção fica com o surgimento de leis que criaram os cursos voltados especificamente para os jovens e adultos e reforçaram a sua inclusão nas escolas. O trabalho apresenta diversos

tipos de programas, cursos e projetos, analisando o perfil dos professores e alunos desta modalidade de ensino.

Almeri Freitas de Souza (almerifreitas@bol.com.br) obteve título de Mestre na Universidade Federal da Paraíba com a dissertação *A construção da competência discursiva na EJA: o papel da leitura de textos verbais em Língua Portuguesa*. Orientado por Timothy Denis Ireland e Maura Penna, o trabalho é um estudo teórico sobre as concepções de linguagem, língua e discurso (ou texto) que permeiam a relação de ensino e aprendizagem da leitura de textos verbais em língua portuguesa na educação de jovens e

analisando o perfil dos professores e alunos desta modalidade de ensino.

Paula Maria de Sá Alves Peliteiro (ppeliteiro@uol.com.br) defendeu na Universidade Federal da Paraíba a dissertação de mestrado *A Educação de Adultos nas Políticas Públicas em Portugal: o período da construção europeia*, orientada por Timothy Denis Ireland. O trabalho acompanha as políticas públicas de educação de adultos em Portugal no período que vai da sua entrada na Comunidade Econômica Europeia, em 1986, até a formação da Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA), em 2000.

Agenda dos Fóruns

O Fórum **Potiguar** retoma atividades em 25 de março, às 16h, quando a Secretaria de Educação do Rio Grande do Norte apresentará sua proposta de Programa de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos do Estado. A Universidade Federal também encaminhou ao Fórum de Pró Reitores de Extensão projeto para discussão interna de um Programa de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos visando sua posterior apresentação ao MEC, como proposta das universidades públicas.

Contato: sandro@saci.zzn.com, fone (84) 215-3506.

O Fórum do **Espírito Santo** se reúne em 28 de março, em Guarapari, e debate os cenários da educação no Estado. Contato: nejaufer@zipmail.com.br ou fone (27) 3335-7764.

O Fórum da **Paraíba** realiza encontro sobre mudanças no cenário educacional do estado, no dia 02 de

abril, no Espaço Cultural José Lins do Rego, das 08:30 às 17:00 horas. Contato: eduardoils@ig.com.br ou fone (83) 216-7156.

O Fórum do **Oeste Paulista** se reúne em 07 de maio na UNESP, em Presidente Prudente, para debater o panorama nacional da Educação de Jovens e Adultos, a educação em presídios e os desafios da educação rural. Contato: rotha@prudente.unesp.br ou fone: (18) 9601-3099.

Movimento católico vai articular Rede de Alfabetização

Fundado em 1961, o Movimento de Educação de Base é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) cuja missão é a promoção integral, humana e cristã de jovens e adultos. Seus programas de educação popular são desenvolvidos em áreas com grande incidência de pobreza das regiões Norte e Nordeste do país, onde o Movimento estruturou Departamentos. Ao longo da última década, as atividades de alfabetização de jovens e adultos do MEB se estenderam também a outras regiões do país, graças a um sistema de parcerias. Agora, o MEB está propondo ampliar

essas parcerias para constituir uma Rede de Alfabetização e Formação de Jovens e Adultos, com a meta de alcançar 750 mil pessoas por semestre, de modo a alfabetizar de 3.750.000 pessoas até o ano de 2005. Os espaços das paróquias, dioceses, universidades e escolas católicas serão utilizados para a alfabetização. O projeto se insere no contexto do mutirão da CNBB para a superação da miséria e da fome, e deverá compor o novo programa de alfabetização do Governo Federal. Dentre as parcerias estabelecidas pelo MEB para esse programa, caberá ao Instituto Paulo Freire a tarefa de

formação dos formadores, enquanto as universidades católicas farão a avaliação e certificação. Em 2003 devem ser capacitados mil formadores, que farão a formação de 30 mil alfabetizadores.

Os investimentos previstos pelo MEB para o primeiro ano da Rede são de R\$ 66 milhões, o que corresponde a um custo anual por aluno de R\$ 88,00.

Contato:

Movimento de Educação de Base (MEB)
SCS – Quadra 3, Bloco A, 79, Ed. João Paulo II - 70303-903 - Brasília - DF
Fone (61) 225.2999 Fax (61) 225.2943
E-mail: mebmeb@terra.com.br
Site: <http://www.meb.org.br>

Anote

24 a 28 de março, realiza-se em São Paulo o "Seminário sobre Gênero e Educação: Educar para a igualdade".

Informações: (11) 3241-3459.

31 de março realiza-se em São Paulo o painel "Letramento e Educação: implicações político pedagógicas", com Vera Masagão Ribeiro e Luiz Percival Leme Britto. Inscrições gratuitas pelo e-mail centro@acaoeducativa.org ou fone (11) 3151-2333.

1º a 30 de abril acontece em São Paulo o curso "Arte-educação: um desafio social", com Roseli Machado e Carlos Moraes. Inscrições (R\$ 60,00) pelo e-mail

centro@acaoeducativa.org ou fone (11) 3151-2333.

5 de abril será realizada em São Paulo a oficina "Letramento e Educação de jovens e adultos", com Neide A. de Almeida. Inscrições (R\$ 10,00) pelo e-mail

centro@acaoeducativa.org ou fone (11) 3151-2333.

8 a 11 de abril acontece em Ponta das Canas (SC) o II Seminário Internacional Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais. Informações pelo e-mail seminrizoma@ced.ufsc.br, fones (48) 331-8702 ou (47) 321-0525.

10 a 11 de abril acontece em João Pessoa (PB) o Seminário Regional da Rede de Educadores

Populares do Nordeste. Inscrições pelo e-mail: equip@equip.org.br ou fone (81) 3423-2542.

11 e 12 de abril em Rio Claro (SP) realiza Encontro Municipal de Educação de Jovens e Adultos. Contato pelo e-mail educacao@claretianas.com.br.

14 a 18 de abril o Instituto Pedagógico Latino-americano e Caribenho (IPLAC) realizará em Havana, Cuba, a Oficina de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos 2003. Informações: iplac@ceniai.inf.cu, ice@ceniai.inf.cu ou fones (537) 209-2246, 209-5524. Retificando edição passada, o contato do 3º Encontro Nacional dos Movimentos de Alfabetização (Goiânia: 11-13/08) é o e-mail me.castro@terra.com.br ou fone (62) 208-1259.

Leia

Avaliação é o tema do número 15 da revista **Alfabetização e Cidadania**, publicada pela Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil. O exemplar custa R\$ 5,00 e, assim como a assinatura anual, pode ser adquirido junto às organizações que coordenam a RAAAB. Pedidos pelo e-mail saf@acaoeducativa.org ou fone (11) 3151-2333.

O Instituto de Estudos da Religião publicou **Juventude, Cultura e Cidadania**, que reúne aulas do curso homônimo realizado em 2002; vendas a R\$ 15,00 pelo e-mail juventude@iser.org.br, fones (21) 9372-3347, 2552-2950, 9671-3894. Lançou também a edição 57 da série Comunicações do ISER, com os resultados da pesquisa **Jovens do Rio: circuitos, crenças e acessos** (R\$ 10,00).



Ação Educativa

Rua General Jardim, 660
01223-010 São Paulo SP Brasil
T e F: 11 3151 2333
acaoeduca@acaoeducativa.org
www.acaoeducativa.org